

### ATA Nº03

----- **Ata da sessão extraordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um.** -----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão extraordinária, sob a Presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos, secretariado pela senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinto e o Senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES;** -----

----- **PONTO TRÊS: CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA;** -----

----- **PONTO QUATRO: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA – 1.º SEMESTRE 2021 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira Santos Marques, Xavier Prior Neto, Victor Fernando Santos Neto, Sérgio Manuel Jesus Martins, Liliana Barreira e Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, em substituição de Juan Carlos Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, em substituição de Maria Helena Marques dos Santos, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, António Bastião, em substituição de Diana Ferreira Julião, eleitos na lista do CDS. -----

----- Bruno Marcelo Regalado Julião e Carla Filipa Ferreira Gouveia, em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação de João Paulo Neves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão dos senhores Deputados Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, Diana Ferreira Julião, Juan Carlos Ferreira Martins, Maria Helena Marques dos Santos e João Paulo Neves da Silva. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, João Paulo Sousa Gonçalves, os Vereadores, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques, a senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, o senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e a senhora Susana Maria Ferreira Gravato. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que foi verificada a identidade e a legitimidade do senhor Xavier Prior Neto, eleito na lista do PSD, como membro deste Órgão, reunindo, assim, condições para participar nos trabalhos. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez um breve esclarecimento sobre o agendamento desta sessão extraordinária, dizendo que, sem prejuízo da premente discussão e decisão dos restantes assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, era necessário proceder à eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da CIRA, pelo que, face à disponibilidade, quer do Presidente da Mesa quer do Presidente da Câmara Municipal, o agendamento da sessão recaiu no dia de hoje. Mais disse que, à semelhança do que é habitual, as Assembleias Municipais realizar-se-ão, sempre que possível, à sexta-feira. -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- Paulo Grave - Depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fixou um período para intervenção do público, tendo usado da palavra o senhor Paulo Grave, que colocou duas questões: a primeira, sobre a necessidade de requalificação do depósito da água existente na Vila de Vagos que requer algum tipo de requalificação; a segunda questão, sobre a reposição do desenho da calçada portuguesa em frente aos Paços do Concelho ou do Tribunal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelo munícipe, dizendo que, em relação ao depósito da água do Bairro da Corredoura, a propriedade é do Município de Vagos, embora esteja cedido à AdRA no âmbito da concessão das águas, e a ser gerido por esta. Mais disse que está a ser avaliado com a AdRA a possibilidade de uma parceria, com vista a ser feita uma intervenção naquele local, não somente no que diz respeito ao depósito da água em si, mas também no contexto da requalificação paisagística do espaço exterior e, eventualmente, com a introdução de arte urbana, à semelhança do que foi na parede da Biblioteca Municipal e no Mercado do Peixe da Praia da Vagueira. Quanto à calçada, disse que se tratou de uma opção, cujo assunto foi discutido, à data, com os técnicos da Câmara Municipal, uma vez que seria impossível naquela altura conseguir fazer o trabalho exatamente igual, salientando que a pedra, pelo desgaste natural que tem, nunca ficaria exatamente da mesma cor. Assim, a opção que na altura foi assumida seria ter um piso diferente, porque ele ficaria diferente mesmo sendo igual. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO;** -----

----- Tendo em consideração que a Assembleia Intermunicipal (AI) é o órgão deliberativo da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) e é constituída por membros das Assembleias Municipais dos Municípios que integram a CIRA, eleitos de forma proporcional, sendo 2, nos municípios até 10 000 eleitores; 4, nos municípios entre 10 001 e 50 000 eleitores; 6, nos Municípios entre 50 001 e 100 000 eleitores; e 8, nos municípios com mais de 100 000 eleitores, está em discussão e votação pela Assembleia Municipal de Vagos a eleição dos seus representantes na AI da CIRA. -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou que o grupo municipal do PSD entregou à Mesa uma lista com a indicação dos seus representantes. -----

----- Alexandre Marques - O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e informou que os grupos municipais do CDS-PP e do PS apresentaram lista conjunta, onde indicam como representantes efetivos os senhores Deputados: Óscar Lopes Francisco (CDS-PP), Óscar Manuel de Oliveira Gaspar (PS), Alexandre Ferreira Marques (CDS\_PP), Bruno Marcelo Regalado Julião (PS) e, como suplente, a senhora Diana Ferreira Julião (CDS-PP), designada como lista B. -----

----- Bruno Julião - O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que estão a ser escolhidos membros desta Assembleia Municipal que os vão representar a todos num Órgão onde estão membros dos vários Municípios. Nesse sentido, disse, entendeu o Partido Socialista que devia contactar o Partido maioritário desta Assembleia com o objetivo de ser constituída uma lista única, que não tivesse apenas elementos do PSD mas também elementos do PS e do CDS-PP. Entende que a apresentação de uma lista conjunta com todos seria uma manifestação de maturidade democrática da Assembleia, mas assim não aconteceu, uma vez que o PSD não aceitou. Mais disse que entende que a maioria absoluta não deve representar uma tentativa de controlo da Assembleia, e esta atitude demonstra arrogância, que não pode deixar de condenar, independentemente de qualquer desculpa que o PSD possa apresentar. -----

----- Nuno Moura - O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que por vezes fica surpreendido com algumas palavras e considera uma falha grave aquilo que o senhor Deputado Bruno Julião entende ser a cordialidade entre as pessoas. Como tal, disse que nunca iria ter a deselegância de vir a púlpito traduzir ali aquilo que foi uma conversa privada entre dois líderes de duas bancadas, ou seja, ele próprio e o senhor Deputado Óscar Gaspar, líder do grupo municipal do Partido Socialista. Continuando, disse que não considera possível que, com uma chamada do representante do grupo municipal do PS, o PSD pudesse aceitar fazer uma lista conjunta e única de representantes candidatos à CIRA, uma vez que o senhor Deputado Óscar Gaspar não representa o grupo municipal do CDS-PP. Assim sendo, disse que não é verdade, é mentira. Não

houve nunca a possibilidade de se fazer uma lista conjunta. Aliás, conforme transmitiu ao senhor Deputado Óscar Gaspar, se os demais grupos municipais tivessem entrado em contacto consigo o PSD estaria disposto a fazer uma lista única. Foi isso que foi transmitido. Obviamente, disse, que havendo apenas um contacto, do PS, não se poderia estar à espera que fosse o PSD a contactar os outros grupos municipais, para saber se tinham interesse em fazer uma lista única. Disse também que compreende bem que o CDS-PP queira fazer uma lista conjunta com o PS, porque decorre das regras que a eleição seja feita pelo método de Hondt, pelo que entrará o membro do CDS-PP, e não o do PS, e, portanto, acaba por ser um pouco indiferente aqueles que fazem ou não parte da lista. Acrescentou ainda que fica mal ao senhor Deputado Bruno Julião vir ali transmitir uma conversa que nem sequer foi com ele para dizer aquilo que não é verdade, desafiando-o a dizer se alguma vez foi proposta uma lista conjunta. Por fim, deu a conhecer o grupo municipal do PSD indica como representantes efetivos os senhores Deputados Juan Carlos Martins, Victor Fernando Santos Neto, Nuno Roberto Rodrigues de Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida e, como suplente, Andreia Pereira Santos Marques, designada como lista A. -----

----- Depois, e em virtude de a eleição ser feita por voto secreto, foram distribuídos vinte e nove boletins de voto, tendo-se verificado a seguinte votação: a lista A obteve dezanove (19) votos; a lista B obteve nove (9) votos e houve um (1) voto em branco. -----

----- Por força da aplicação do método de Hondt, a lista A elege os três primeiros representantes, Juan Carlos Martins, Victor Fernando Santos Neto e Nuno Roberto Rodrigues de Moura, e a lista B elege um representante, Óscar Lopes Francisco. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – Nestes termos, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, eleger como seus representantes para Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro os senhores Deputados Juan Carlos Ferreira Martins, Victor Fernandes Santos Neto, Óscar Lopes Francisco e Nuno Roberto Rodrigues de Moura. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES;** -----

----- Sobre o assunto se refere o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 4º, da Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, na redação atual, ao prescrever que integra o Conselho Municipal de Juventude um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal. -----

----- O grupo municipal do PS nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, a senhora Deputada Carla Gouveia; -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não tem presente, de momento, se a senhor Deputada Carla Gouveia - tendo em conta o facto de que não é membro efetivo, possa ser nomeada. Mais disse que, no entanto, vai aceitar a nomeação e irá averiguar da legitimidade da mesma para eventualmente integrar o Conselho e, se for caso disso, informará o que for tido por conveniente. -----

----- O grupo municipal do CDS-PP nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, a senhora Deputada Diana Julião. -----

----- O CHEGA nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, o senhor Deputado Sidónio Sansana. O mesmo, no uso da palavra, deixou, porém, nota de que se for possível indicar um membro que não seja efetivo gostaria de nomear como suplente o número dois da lista do CHEGA. -----

----- Xavier Prior Neto - O grupo municipal do PSD nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, o senhor Deputado Xavier Prior Neto. Este, no uso da palavra, focou vários aspetos a ter em consideração pelo Conselho, no futuro, designadamente na envolvência de todos os membros em prol da prossecução dos objetivos para o qual foi criado, na revisão do Regimento, com vista a integrar, se possível, novas associações/instituições que lidam diariamente com os jovens, bem como rever a forma de participação deste Órgão, de modo a facilitar e promover ainda mais as atividades que lhes estão inerentes. Por fim, salientou o trabalho feito pela Câmara Municipal, na pessoa do senhor Vereador Pedro Bento, pelo suporte e apoio que tem prestado nos últimos anos. -----

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

**----- PONTO TRÊS: CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA; -----**

----- A este propósito se refere o disposto na alínea d), do nº 1, do artigo 57º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual, ao prescrever que integra o Conselho Municipal de Educação o Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal, em representação das Freguesias do Concelho. -----

----- Óscar Lopes – No uso da palavra, o senhor Deputado Óscar Lopes deu a conhecer que o grupo municipal do CDS-PP indicou como representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, o senhor Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, por entender ser a pessoa talhada para a função. Continuando, disse que senhor Filipe Jorge vem de uma família de professores e é professor com muitos anos dedicados a esta função e com provas dadas e, por isso, é óbvia a escolha. Disse também lamentar que, independentemente das outras propostas, a Assembleia Municipal possa vir a fazer opções que não sejam com base nas qualificações da pessoa, mas sim com base em outros critérios subjetivos, que cada um saberá avaliar. -----

----- Hugo Jorge – Seguidamente, usou da palavra o senhor Deputado Hugo Jorge para informar que o grupo municipal do PSD indicou como representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, a senhora Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. Disse que a senhora Marisa Silva conhece muito bem a realidade do Colégio de Calvão, pela vizinhança e pela quantidade de alunos da Ponte de Vagos que têm lá estudado, e conhece, também, muito bem, a realidade da Escola Secundária, onde estudou até ao 12ºAno. Referiu que o Conselho Municipal da Educação é um

órgão importante e tem necessidade de ter outros representantes que não professores, uma vez que já lá estão muitos professores por inerência de nomeações das escolas. Disse também que é necessário que o Conselho Municipal da Educação reúna com frequência e desafiou a que o mesmo fosse convocado com regularidade, exemplificando os Conselhos Gerais do Agrupamento de Escolas. Por fim, disse que o Concelho de Vagos tem uma realidade diferente de muitos outros Concelhos, em virtude de ter apenas um único Agrupamento de Escolas e uma Escola Particular com Contrato de Associação, sendo que o Conselho Municipal de Educação é então o único órgão onde todos estão representados, que lhes dá voz, e, como tal, deverá reunir com regularidade. -----

----- Bruno Julião – Depois, usou da palavra o senhor Deputado Bruno Julião, para dizer que o grupo municipal do PS não indica nenhum representante, mas pretende com a sua intervenção reagir às propostas aqui apresentadas. Assim, considerou que é importante e evidente que haja critério nas escolhas da Assembleia Municipal, parecendo-lhe que o critério apresentado pela primeira intervenção é bastante óbvio. Continuando, disse que o que se tentou procurar do lado do grupo municipal do PSD foi dizer que não era preciso ter só professores, e que basta ver a constituição do Conselho Municipal de Educação para se perceber que este Órgão não é apenas constituído por professores, uma vez que dele fazem parte pais, alunos, responsáveis pela Direção Regional da Educação do Centro, pelo Presidente da Câmara, por políticos, etc..., ou seja, tem lá um pouco de tudo. Depois, disse que o grupo municipal do PS vai votar favoravelmente a proposta do CDS-PP, porque reconhece competência na pessoa que apresentou, e que nesta eleição não se trata de uma questão partidária. Entende que a discussão da Educação é uma das principais missões que se tem aqui na Assembleia Municipal e, no mandato passado, deu-se um magnífico exemplo de colaboração mútua através de um grupo entre partidos, aqui criado, o qual, fora deste contexto deliberativo teve discussões muito interessantes sobre situações sensíveis que se viviam no Município, e que merecem ter continuidade, sejam elas relacionadas com o Colégio Nossa Senhora da Apresentação ou com os desafios que se apresentam ao Agrupamento de Escolas de Vagos. Finalizou a sua intervenção dizendo que esse trabalho pode ter seguimento de uma forma mais concreta e, para os grupos municipais e Mesa da Assembleia Municipal, sugeriu que seria interessante começar-se a pensar em abrir a Assembleia Municipal a debates temáticos, designadamente sobre educação, incluindo-se, desde já, o Conselho Municipal de Educação e todos quem os grupos municipais entendessem como relevantes para participarem na discussão. –

----- Nuno Moura – Seguidamente, o senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que, como o grupo municipal do PS usa estas oportunidades para questões políticas, o grupo municipal do PSD quer, desta forma, reconhecer que partilha da opinião de que o senhor Filipe Jorge é um excelente professor, e isso não está nem nunca esteve em causa. Disse que não está posta em causa a qualidade da proposta apresentada pelo grupo municipal do CDS-PP. O que acontece, conforme disse o senhor Bruno Julião, é que o Conselho Municipal da Educação é composto não só por professores e, portanto, em nada limita que a Presidente de Junta de Ponte de Vagos e Santa Catarina possa ser mais um desses elementos, acrescentando que a mesma terá, certamente, outras qualidades, para além de ter sido aluna, uma vez que é jurista e tem um

conhecimento vasto sobre essas matérias. Assim sendo, disse, não se vê qualquer diminuição na candidatura apresentada pelo grupo municipal do PSD e nem menos competência e contributo naquilo que pode ser dado ao Conselho Municipal da Educação. Quanto às restantes propostas o PSD está sempre disponível a que sejam formados grupos desde que isso beneficie o desenvolvimento da Educação em Vagos. -----

----- Alexandre Marques – No uso da palavra, o senhor Deputado Alexandre Marques disse que não retira qualidades à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Ponte de Vagos, mas que, se o facto de ser aluna numa instituição lhe dá mais conhecimentos sobre a mesma, do que alguém que leciona nesse local, custa um pouco a acreditar. Disse também ter sido aluno do Colégio de Calvão, Presidente da Associação de Estudantes, fez parte do Conselho Pedagógico, participava nas reuniões das Associações de Pais, para além de ser também aluno, pelo que, se for esse o critério, talvez tenha mais conhecimentos de como funciona o Colégio, que tem um contrato de Associação, do que a senhora Marisa Silva. Por fim, referiu que o Colégio não é o único estabelecimento de ensino com Contrato de Associação no Município, e deu como exemplo a EPADRV. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que o que o senhor Deputado Alexandre Marques acabou de dizer são duas incorreções brutais. Disse que o senhor Deputado Alexandre Marques não poderia ser indicado pela Assembleia Municipal como representante no Conselho Municipal da Educação, em virtude de não ser Presidente de Junta de Freguesia, e que o grupo municipal do PSD também tem o senhor Hugo Jorge, a senhora Maria Pedro, com um doutoramento na área da educação, o senhor Victor Neto, o senhor Tony Richard Almeida e o senhor Sérgio Martins, que são professores e não podem ser indicados. Continuando, disse que, por vezes, se dá a ideia de que toda a intelectualidade está nos partidos da oposição, nomeadamente o CDS-PP e o PS, o que não é verdade. A riqueza destes órgãos colegiais é precisamente esta, ou seja, é estar e participar em conjunto e contribuir com todos os seus conhecimentos para o melhor funcionamento dos mesmos. Disse que o grupo municipal do PS chega aqui com “*falinhãs mansas*” sobre o Colégio, quando o Partido Socialista é o grande responsável, o único responsável, pela situação do Colégio, e esclareceu o senhor Deputado Alexandre Marques dizendo que a EPADRV não tem um Contrato de Associação, uma vez que é uma escola que pertence ao Estado, é gerida pela Secretaria de Estado da Formação Profissional, e não pela Secretaria de Estado da Educação. O grande “*coveiro*” do Colégio de Calvão é o Partido Socialista, porque o PS tem uma aversão, pelo menos nesta nova roupagem que o PS tem de partido radical de esquerda, aos Contratos de Associação. A verdade sobre os contratos de Associação, é bom que se tenha aqui presente, disse, é que ainda recentemente o senhor Ministro da Educação anunciou que um aluno de uma escola pública custa seis mil euros por ano. Assim, se se multiplicar por vinte e cinco alunos, o valor que uma escola pública recebe por turma são cerca de cento e cinquenta mil euros. O que estão a receber os Contratos de Associação, nomeadamente o Colégio de Calvão é metade desse valor, uma enorme discrepância. A questão da educação é um tema muito delicado e tem havido por parte da

senhora Secretária de Estado da Educação, tanto da atual detentora da pasta como da sua antecessora, um cuidado muito grande com a questão do Colégio. A verdade é que a questão que se tem de discutir, em relação a este assunto, não pode ficar só pela Assembleia Municipal nem pelo Conselho Municipal de Educação, tem de contemplar pessoas de várias qualificações para se poder passar a mensagem para os órgãos superiores que decidem nestas matérias. Esta matéria da educação é absolutamente transversal e é muito importante que se discuta. O que se está aqui a discutir hoje não é questão da competência técnica do professor Filipe Jorge, é a questão de se constituir um Conselho Municipal da Educação que tem de refletir a realidade política do Concelho. A realidade política, quer isto custe muito ao CDS-PP e ao PS, é que o PSD tem a maioria nesta Assembleia Municipal e, portanto, deve também escolher pessoas que tenham qualificações adicionais a um órgão, que é presidido pelo Presidente da Câmara, composto por vários professores, membros das direções das escolas, e precisa também de outras competências e de qualificações e é isto que se está aqui a discutir hoje. -----

----- Hugo Jorge - O senhor Deputado Hugo Jorge voltou a usar da palavra e referiu que poderá ter sido um pouco incompleto nas suas ideias ou estas foram um pouco deturpadas e, à conta disso, colocou a senhora Deputada Marisa em "*lençóis não muito bons*". Disse que o trabalho da educação está sempre incompleto, que é algo perpétuo e com desafios cada vez mais diversos. O Conselho Municipal da Educação está aberto a todos e, por isso, não podemos desconsiderar alguém com base nas palavras de alguém. Referiu que as palavras ditas foram do senhor Deputado Hugo Jorge, e não do grupo Municipal do PSD. Foi ele que fez a apresentação e não sabe se o grupo partilha das ideias todas ou não, mas não se deve desqualificar as pessoas. A ideia é muito simples, isto é, a senhora Deputada Marisa conhece a realidade do Colégio de Calvão, que é importante, embora não tenha sido lá aluna, mas conhece, porque é vizinha. O facto de ter sido aluna em Vagos falta conhecer uma outra realidade. Apesar de não ser professora trará ao Conselho Municipal da Educação outras ideias, porque é importante que estejam presentes ideias diversas, e a sua participação fará com que traga a sua experiência enquanto aluna em Vagos. Esta foi a ideia que quis transmitir. Quanto à votação, é algo particular, mas neste caso, tem muita pena que de facto o professor Filipe Jorge, seu irmão, não seja eleito. Por fim, disse que não vai votar este ponto, porque vai ausentar-se no momento da votação. -----

----- Bruno Julião - O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que para não desqualificar qualquer outro candidato só falou de um, por entender ser o mais adequado. Independentemente disso qualquer um dos membros do grupo municipal do PSD que for eleito irá com certeza defender a melhoria da educação em Vagos. Mais disse que o PS sempre fez um esforço gigantesco, inclusive fora desta Assembleia, para ajudar o Colégio de Calvão a ultrapassar os seus desafios. -----

----- Sérgio Martins – De seguida, o senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que não tinha pensado intervir, mas sentiu necessidade de o fazer, enquanto membro e enquanto educadora/professor. Assim, começou por referir que achou de muito mau tom trazer aqui o argumento sobre se a pessoa escolhida é professor, ou outra coisa qualquer. Disse que o que se



está a falar ali é em representantes, aqueles que irão representar as Juntas de Freguesia num órgão importantíssimo, como é o Conselho Municipal da Educação, e que terá de ser um Presidente de Junta de Freguesia. E questionou: O que é que se pretende em educação? Mais do mesmo? Continuando, disse que, enquanto professor do Agrupamento de Escolas de Vagos, enquanto habitante da Freguesia de Calvão, e tendo feito parte do grupo de trabalho para a Educação, nomeado pela Assembleia Municipal, chegou à conclusão que foi exatamente pela diversidade e não porque se juntou mais do mesmo. A ter algo a acrescentar ter-se-á de acrescentar algo diferente porque, neste Conselho, gente que está ligada à educação, há muito tempo, já lá está e o que se precisa é de mais e melhor. Por fim, disse que se o objetivo é dignificar a educação então que se comece por aqui, e deve ser esta Assembleia a dar esse exemplo, e hoje alguns membros deste órgão não estiveram muito bem na forma como se dirigiram às pessoas escolhidas para serem eleitas. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que permitirá sempre o debate, ainda mais num assunto tão importante e sério como é a educação. Disse que esta Assembleia já deu grandes sinais de um comportamento rigoroso e sério no tratamento desta questão, e que este é um assunto muito sério para não ser debatido com a diferença de opinião de cada um, porque isso é que é salutar, e com respeito por essa diferença de opinião. O importante é respeitarem-se uns aos outros, com diferentes ideias uns dos outros, com o objetivo de servir bem o Concelho de Vagos. -----

----- A proposta do grupo municipal do PSD foi denominada lista A e a proposta do grupo Municipal do CDS-PP foi denominada lista B, tendo sido distribuídos vinte e oito boletins de voto, para efeitos de votação. -----

----- No momento da votação estava ausente da sala o senhor Deputado Hugo Jorge, pelo que o mesmo não participou no ato eleitoral. -----

----- Submetidas a votação, por escrutínio secreto, a lista A obteve dezoito (18) votos, a lista B obteve nove (9) votos e houve um (1) voto em branco. -----

----- **DELIBERAÇÃO** – Pelo atrás exposto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta respeitante à lista A, pelo que foi eleita como representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, Marisa Santos Silva. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA – 1.º SEMESTRE 2021 – PARA CONHECIMENTO;** -----

----- Nos termos do disposto na alínea d), do nº 2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira. Assim, a Câmara Municipal, na reunião de 4 de

novembro de 2021, tomou conhecimento do Relatório do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira respeitante ao 1º semestre de 2021, e deliberou remeter esse documento ao órgão deliberativo, para efeitos de cumprimento do referido preceito legal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que este ponto é só para conhecimento, mas que está disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- António Bastião - O senhor deputado António Bastião usou da palavra e referiu que a sua intervenção não tem a ver com este ponto da ordem de trabalhos, mas como não houve período antes da ordem do dia, por se tratar de uma sessão extraordinária, entendeu ser importante lembrar aqui mais um aniversário do vinte e cinco de novembro. Disse que o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, foi uma data importante, é um facto, mas esteve-se na iminência da guerra civil e, portanto, nunca é demais lembrar a passagem desta data. Mais disse que se não fosse o General Ramalho Eanes, da parte do Exército, o General Jaime Neves, da parte dos Comandos, e o Almirante Pinheiro Azevedo, da parte dos fuzileiros, podia ter sido uma catástrofe e um banho de sangue, pelo que é importante que esta data nunca caia em esquecimento. -----

----- Alexandre Marques - O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que o CDS-PP tem apenas um ou dois pontos a apontar sobre este relatório. Disse que é um relatório até trinta de junho, correspondente ao primeiro semestre do ano, o que quer dizer que no dia um de julho a situação podia estar completamente diferente. É um relatório para conhecimento, mas é um documento de onde não se poderá tirar grandes ilações. O que interessa mais neste documento é, efetivamente, saber da evolução da dívida, como é que está a dívida, mas é um bocado parco de informação. Continuando, disse que o próprio Revisor Oficial de Contas admite no relatório que somente por falta de imposição legal a Câmara Municipal não cedeu alguns documentos, como é feita referência, como o relatório de gestão, balanço, demonstração de fluxos de caixa, etc... Por fim, disse que o grupo municipal do CDS-PP não está a fazer uma crítica, mas apenas a solicitar que para uma próxima vez, a Câmara Municipal faculte, se possível, mais documentação, para se ter um relatório um pouco mais detalhado. -----

----- Carla Gouveia - A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e referiu que as contas públicas são um assunto muito importante e sério, porque temos de saber o que se faz com o dinheiro dos contribuintes. Disse que é um relatório muito parco, como já aqui foi referido, e o próprio ROC constatou isso na sua redação. Disse que o único ponto orçamental relativamente à despesa corrente, que se aproxima de uma execução dita normal, é apenas com as despesas de pessoal, e exemplificou com a aquisição de bens e serviços, que ficou em 35% de execução. Disse também que a referência é a da primeira metade do ano, um ano com Eleições Autárquicas, ou seja, um milhão e cem mil euros que ficaram por executar. Entende que seria interessante que se apresentasse uma nota acessória, ou um relatório com alguma informação, sobre a despesa pública desde o dia um de julho ao dia um de novembro, e que era interessante constatar que desde julho a novembro esta execução de despesa/investimento subiu e muito. Face a esta baixa

execução no primeiro semestre deste ano e em fase crítica da pandemia, entende que poderia a câmara Municipal de Vagos reforçar os apoios de impacto da COVID na economia. Recordou que o Partido Socialista propôs apoios no pagamento das rendas e das despesas da água, do gás e da eletricidade, proposta essa que foi recusada. Disse que não é legítimo que esta Câmara Municipal poupe naquilo que é a despesa social e depois mostre tão baixa taxa de execução da despesa em investimento. Disse que foram gastos 21,6% de investimento na aquisição de bens de capital e o Executivo ainda insiste em intenções, porque não passa de intenções. Em relação à dívida, em junho, a dívida ultrapassa um milhão e mil e duzentos mil euros a fornecedores. Não entende que uma Câmara Municipal, que paga tarde e a más horas aos fornecedores, ainda diga que apoia as empresas. Por fim, disse que o ROC refere que se deve mais novecentos e vinte e dois mil euros em transferências e em subsídios, e questiona: A quem é que se deve este montante? Será às IPSS's? E porquê tanto atraso? -----

----- Sidónio Sansana - O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que realmente o relatório, sendo semestral, é parco em explicações. Disse que a primeira coisa que lhe saltou à vista nos números foi que o valor do resultado líquido semestral até está a um nível razoavelmente baixo, mas depois acabou por perceber, segundo uma das poucas notas, que não estão incluídas amortizações e depreciações e, portanto, provavelmente, o valor final será um pouco mais elevado. Entretanto, espera-se que com resultados líquidos negativos acentuados, ano após ano, que um dia não haja necessidade de um plano de equilíbrio financeiro com impostos municipais no máximo e depois pagam todos, os que votaram na maioria e os outros também. Há aqui um indicador que causou alguma dúvida, que tem a ver com as transferências de competências na área da educação. Em relação ao número de Assistentes Operacionais que o Governo aceitou pagar, perguntou quantos é que foram contratualizados na transferência de competências e quantos, até ao momento e até às próximas semanas, é que se preveem ser contratados acima desse patamar que foi contratualizado pelo Ministério da Educação. -----

----- Nuno Moura - O senhor deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que em relação a este relatório, que é só para informação, e que diz respeito só ao primeiro semestre, gostava de questionar o senhor Presidente da Câmara se se percebeu bem o que está escrito sobre a capacidade de endividamento do Município de Vagos. No relatório é referido que é superior ao que tinha há algum tempo atrás, que é permitido ao Município a contratação de mais empréstimos para que se possa avançar com obra. Lembrando as reivindicações que constantemente o Partido Socialista aproveita para fazer nestas sessões, e até aproveitando o facto de serem transmitidas on-line, o senhor Deputado disse que algumas delas até são pertinentes, se fossem efetivamente feitas a quem poderia responder a elas, nomeadamente ao Governo Socialista. Para baixar impostos terá de ser o Governo Socialista a fazê-lo. Para tomar medidas desse género seria útil o grupo municipal do PS aproveitar os contactos favorecidos que tem com o Governo, em vez de constantemente bombardearem, de certa forma, com pedidos e reivindicações para que fiquem bem aos ouvidos das pessoas, mas que sabem que, na realidade, não se podem concretizar no Município de Vagos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer as questões colocadas. Relativamente à intervenção do senhor Deputado António Bastião, disse que está de acordo e tem pena que nos manuais de história cada vez esse dia fique mais esquecido. Continuando, disse que nos dias de hoje não se poderia comemorar o vinte e cinco de abril se não tivesse havido o vinte e cinco de novembro, e, com alusão ao dia quatro de dezembro, em que se comemora o aniversário da morte de um Primeiro-Ministro e de um Ministro da Defesa, que foram assassinados, sem sequer se conseguir apurar por quem, censurou dizendo que se facto estivesse associado mais à esquerda de certeza que já existiam respostas para tudo e mais alguma coisa. Neste contexto, disse que cada um de nós tem de fazer o seu papel e recordar o vinte e cinco de novembro. Sobre a evolução da dívida, disse que tem sido um dos pontos que tem sido colocado mais em foco, ou seja, na redução do passivo financeiro. A dívida já chegou a ser na ordem dos vinte milhões de euros e neste momento anda na ordem dos doze milhões de euros. A informação que está presente no relatório é aquela a que a lei obriga. Infelizmente, a Câmara Municipal de Vagos tem um quadro de recursos humanos na área financeira muito deficitário para as necessidades que existem, além de algumas situações dos últimos tempos, que desfalcaram bastante a divisão. Disse também que há uma quantidade de relatórios de prestação de informação, que todos os meses tem de ser enviada para as entidades oficiais, como por exemplo para o SIAL e a DGAL. Esta informação é tirada do sistema, é fidedigna. Quanto à intervenção da senhora Deputada Carla Gouveia, disse que esta apresenta alguma dicotomia, ou seja, por um lado acusa a Câmara Municipal de pouca execução, e, por outro lado, diz que não houve grande execução e era um ano de eleições. Seguindo a lógica da senhora Deputada, sendo um ano de eleições, dever-se-ia ter executado mais e não menos, de modo a mostrar trabalho aos munícipes. A questão da execução da despesa está intimamente ligada à execução da receita. Se não houver receita não há despesa. Se é verdade que o primeiro semestre é aquele em que o Município recebe a maior tranche do IMI, também é verdade, por exemplo, que neste segundo semestre, dois ou três dias a seguir às eleições Autárquicas, o Município recebeu cerca de um milhão e meio de euros de uma obra que não estava sequer contabilizada do lado da receita, a obra da Estrada Rines-Sanchequias, para a qual foi possível conseguir um financiamento, que não estava previsto, e que aumenta o nível de execução do orçamento. Portanto, no segundo semestre, disse, executar-se-á mais, uma vez que há mais receita. Quanto à questão da dívida, ela está aos olhos de todos, e a verdade é só uma: se não for feita dívida também não se consegue fazer os investimentos necessários. Por isso é que esta Assembleia Municipal, na maior parte das vezes, por unanimidade, aprova a obtenção de empréstimos, que tem como efeito extraordinário aumentar a dívida. Mesmo assim, com esses empréstimos, ainda se tem conseguido reduzir a dívida, sem aumentar os impostos. Neste aspeto, disse que o Município não tem aumentado os impostos, pelo contrário. Vagos é dos Municípios que tem as cargas fiscais, naquilo que depende dele, mais baixas. Em relação à questão dos apoios ao COVID a Câmara Municipal apoiou, de uma forma bastante ampla e notória, as famílias e as empresas. Disse também não conseguir perceber qual é o apoio de rendas que a Câmara Municipal pode dar mais, e questionou: Apoiar as

rendas sociais, que estão indexadas aos rendimentos das famílias? As famílias que têm menos rendimentos têm redução nas rendas, mas isso já está previsto. O Partido Socialista apresenta aqui propostas simpáticas e que são eleitoralmente interessantes, mas que não se traduzem em nada, são uma mão cheia de nada. As rendas sociais que a Câmara Municipal apoia, automaticamente são atualizadas se houver diminuição nos rendimentos das famílias. O rendimento dessas famílias, a maior parte dele, ou uma parte significativa, deriva de apoios sociais, que não diminuíram. As famílias que perderam rendimento verão a sua renda atualizada. A Câmara Municipal apoia imensas famílias fora do contexto da habitação social. Quanto à questão dos resultados líquidos, a Câmara Municipal não governa para os resultados líquidos do exercício, porque há sempre o problema das amortizações, por várias vezes discutido na Assembleia Municipal. O que interessa aqui, o indicador de base, é a evolução da dívida. Os resultados líquidos não têm uma influência direta na evolução da dívida, porque há a questão das amortizações, que acaba por conduzir a resultados líquidos muito negativos. Continuando, disse que não preside a uma empresa que tem ações na Bolsa. Aí, sim, estaria preocupado se apresentasse durante tantos anos resultados líquidos negativos. Gere e preside uma Câmara Municipal, que tem de fazer obras, fazer investimento, que tem de aumentar o património e por força disso aumentar as amortizações, e o indicador de referência é a evolução da dívida, a grande preocupação. Relativamente à transferência de competências, a capacidade de endividamento tem vindo a aumentar todos os anos, e, neste momento, já está cifrada nos cerca de sete milhões de euros, há data de trinta de junho, mas, no final do ano, até pela evolução da receita, espera-se vir a poder reduzir um pouco mais. Quanto à questão da transferência de competências na área da educação ela tem sido cumprida por parte do Governo, ou seja, naquilo que estava estipulado. Disse que quando se fez a transferência de competências já se sabia, e foi aqui dito e discutido, que o dinheiro que se ia receber não chegava, nomeadamente na questão do pessoal. Não seria suficiente para cobrir todas as despesas, mas a Câmara Municipal, já tinha parte dessas despesas, ou seja, à data, cerca de vinte auxiliares de ação educativa a mais, e agora ainda aumentou. Por fim, disse que os contratos de emprego e inserção são uma modalidade diferente que visam, em conjunto com o Instituto de Emprego, contratar e dar um apoio às pessoas que estão desempregadas. -----

----- Carla Gouveia - A senhora Deputada Carla Gouveia voltou a usar da palavra para referir que o rigor e competência nas contas públicas é o que se exige ao executivo, como qualquer cidadão exige a quem os governa. Disse que não vale a pena defender-se com o Governo Central quando os autarcas têm responsabilidade naquilo que são os impostos e as taxas municipais, e que se o próprio ROC sentiu limitações na sua própria análise, não serão os membros desta Assembleia que vão esmiuçar, atendendo à pouca informação que têm. Disse que no relatório falta a pequena informação que falou sobre o período de julho a novembro, e acrescentou dizendo que há a possibilidade de se ir ao BASE.GOV.PT para verificar que desde julho muitos documentos foram lá colocados. A propósito de se obter mais receita para se fazer despesa, disse que pagar a noventa dias não é um verdadeiro apoio às empresas, porque se um cidadão submeter um projeto nos

serviços municipais paga de imediato sessenta euros, caso contrário ninguém olha para ele, e que com o projeto e toda a sua análise são quase mil e tal euros que têm de ser desembolsados. -----

----- Alexandre Marques - O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e, no seguimento da intervenção da senhora Deputada Carla Gouveia, referiu que noventa dias se confirmará quando vier a prestação de contas. Por sua vez, e tendo em conta a suspensão da lei que levanta o limite dos 20% sobre a margem de endividamento, perguntou qual é a estratégia do Município para o futuro? Por fim, em relação às transferências para as IPSS's ou para as Juntas de Freguesia, questionou qual a informação que há, e, no caso das Juntas de Freguesia, a questão premente que se coloca é em relação à junta de Freguesia de Calvão, ou seja, era importante saber como está esta situação. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** \_\_\_\_\_.

----- **O(A) Secretário (a),** \_\_\_\_\_.